



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de serviço de transporte aéreo para o recolhimento de urnas eletrônicas das Zonas Eleitorais do TRE-BA sorteadas para serem submetidas ao Teste de Integridade em Salvador - BA, referente ao primeiro turno das Eleições 2026 e ao segundo turno, se houver.

**1.2.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações reconhecidas e usuais de mercado.

**1.3.** Será adotado como critério de julgamento o de menor preço global.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Resolução TSE nº 23.673, de 14 de dezembro de 2021, estabelece, em seu art. 58, inciso III, que, para a realização do Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas nas eleições, deverão ser escolhidas, pelas entidades fiscalizadoras, 33 seções eleitorais, as quais serão submetidas à auditoria. Considerando a extensão territorial do Estado da Bahia, que abrange 416 municípios e 199 zonas eleitorais, bem como a existência de diversas localidades de difícil acesso, e visando ao cumprimento da referida resolução, de modo a possibilitar a auditoria de urnas com a maior representatividade amostral possível, faz-se necessária a disponibilização de meio de transporte ágil e eficiente.

**2.2.** A justificativa para a contratação está alinhada aos seguintes objetivos estratégicos: prestar serviço de qualidade ao público, fortalecer a relação institucional com a sociedade, aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional, aperfeiçoar a governança e gestão administrativa, promover a melhoria contínua de governança e da gestão de TIC.

**2.3.** A relação entre os serviços a serem contratados, previstos neste Termo de Referência, e a demanda a ser suprida, restou demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **4.1. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO**

**4.1.1.** Conforme previsto no artigo 57 da Resolução TSE nº 23.673/2021, a Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica promoverá, entre as 7 horas e as 12 horas do dia 03/10/2026 (véspera do primeiro turno) e no mesmo horário, se houver segundo turno, no dia 24/10/2026 (véspera do pleito), em local e horário previamente divulgados, a definição das seções eleitorais que serão submetidas à auditoria.

**4.1.2.** Eventuais atrasos na definição das urnas a serem auditadas não desobrigam a contratada da execução do serviço.

**4.1.3.** A partir das 07h00 do dia 03/10/2026, e do dia 24/10/2026, se houver segundo turno, o avião se posicionará no aeroporto de Salvador-BA, onde aguardará a definição das urnas eletrônicas que serão recolhidas. Após o encerramento da sessão de escolha, a aeronave percorrerá provavelmente o seguinte roteiro:

**4.1.3.1.** De Salvador para Guanambi, onde poderão ser recolhidas até 06 urnas eletrônicas (484,56 km em linha reta).

**4.1.3.2.** De Guanambi para Bom Jesus da Lapa, onde poderão ser recolhidas até 09 urnas eletrônicas (125,57 km em linha reta).

- 4.1.3.3. De Bom Jesus da Lapa para Barreiras, onde poderão ser recolhidas até 09 urnas eletrônicas (208,94 km em linha reta).
- 4.1.3.4. De Barreiras para Petrolina-PE (Polo de Juazeiro), onde poderão ser recolhidas até 09 urnas eletrônicas (579,37 km em linha reta).
- 4.1.3.5. De Petrolina-PE (Polo de Juazeiro) para Vitória da Conquista, onde poderão ser recolhidas até 11 urnas eletrônicas (614,61 km em linha reta).
- 4.1.3.6. De Vitória da Conquista para Teixeira de Freitas, onde poderão ser recolhidas até 06 urnas eletrônicas (321,75 km em linha reta).
- 4.1.3.7. De Teixeira de Freitas para Porto Seguro (Polo de Eunápolis), onde poderão ser recolhidas até 06 urnas eletrônicas (147,53 km em linha reta).
- 4.1.3.8. De Porto Seguro (Polo de Eunápolis) para Ilhéus, onde poderão ser recolhidas até 12 urnas eletrônicas (185,93 km em linha reta).
- 4.1.3.9. De Ilhéus para Salvador, com todas as urnas eletrônicas que foram recolhidas nos trechos anteriores (210,14 km em linha reta).
- 4.1.4. Os roteiros previstos no item 4.1.3. indicam os possíveis locais de pouso e decolagem da aeronave, podendo alguns dos polos não contemplados no sorteio serem substituídos pelos relacionados no item 4.1.6, desde que o município conte com estrutura aeroportuária adequada, respeitada a quilometragem total contratada.
- 4.1.5. Cada urna eletrônica pesa, aproximadamente, 10 kg e ocupa o volume de 52,42 litros.
- 4.1.6. As urnas eletrônicas contêm baterias internas classificadas como artigos perigosos, cujo transporte deverá observar integralmente a regulamentação aeronáutica aplicável ao transporte aéreo de artigos perigosos, inclusive quanto ao acondicionamento, segregação, documentação e compartimento adequado da aeronave, nos termos da legislação em vigor, conforme detalhamento abaixo:

| <b>POLO DE ARMAZENAMENTO</b> | <b>MODELO DA URNA</b> | <b>COMPOSIÇÃO DA BATERIA</b> |
|------------------------------|-----------------------|------------------------------|
| CAMAÇARI                     | 2013                  | CHUMBO-ÁCIDO                 |
| FEIRA DE SANTANA             | 2015                  | CHUMBO-ÁCIDO                 |
| JACOBINA                     | 2022                  | ION-LÍTIO                    |
| PAULO AFONSO                 | 2015                  | CHUMBO-ÁCIDO                 |
| VALENÇA                      | 2015                  | CHUMBO-ÁCIDO                 |
| ALAGOINHAS                   | 2020                  | ION-LÍTIO                    |
| BARREIRAS                    | <u>2020</u>           | ION-LÍTIO                    |
| CONCEIÇÃO DO COITÉ           | 2020                  | ION-LÍTIO                    |
| CRUZ DAS ALMAS               | 2020                  | ION-LÍTIO                    |
| EUNÁPOLIS                    | 2020                  | ION-LÍTIO                    |
| GUANAMBI                     | 2020                  | ION-LÍTIO                    |
| ILHÉUS                       | 2020                  | ION-LÍTIO                    |
| IPIRÁ                        | 2020                  | ION-LÍTIO                    |
| ITAPETINGA                   | 2020                  | ION-LÍTIO                    |
| JEQUIÉ                       | 2020                  | ION-LÍTIO                    |
| VITÓRIA DA CONQUISTA         | 2020                  | ION-LÍTIO                    |
| BOM JESUS DA LAPA            | 2015                  | CHUMBO-ÁCIDO                 |
| BRUMADO                      | 2022                  | ION-LÍTIO                    |
| IRECÊ                        | 2022                  | ION-LÍTIO                    |

|                     |      |           |
|---------------------|------|-----------|
| JUAZEIRO            | 2022 | ION-LÍTIO |
| RIBEIRA DO POMBAL   | 2022 | ION-LÍTIO |
| SALVADOR            | 2022 | ION-LÍTIO |
| SEABRA              | 2022 | ION-LÍTIO |
| TEIXEIRA DE FREITAS | 2022 | ION-LÍTIO |

4.1.7. Todos os deslocamentos deverão ser autorizados pelo TRE/BA e comprovados mediante apresentação de relatório de voo, contendo:

4.1.7.1. marca, modelo e prefixo da aeronave utilizada.

4.1.7.2. nome completo do comandante da aeronave e dos passageiros.

4.1.7.3. relação dos materiais e equipamentos que serão transportados.

4.1.7.4. descrição dos trechos a serem percorridos.

4.1.7.5. localidade e coordenadas das pistas de origem e de destino.

4.1.7.6. data e hora da partida e do retorno.

4.1.7.7. tempo de voo.

4.1.7.8. autorização do voo emitida pelo TRE/BA.

4.1.7.9. outras observações finais pertinentes.

4.1.8. A elaboração e a emissão do relatório de voo são de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, e a falta destes inviabilizará o pagamento pelos serviços prestados, sujeitando-a às penalidades cabíveis pelo inadimplemento de suas obrigações.

4.1.9. A segurança e a rapidez no transporte das pessoas e dos equipamentos (urnas eletrônicas) deverão ser respeitadas com máximo rigor, observando-se, ainda, os horários permitidos para decolagens e os padrões de segurança de voo previstos na legislação vigente.

4.1.10. A CONTRATADA deverá disponibilizar aeronaves em perfeitas e adequadas condições de voo, com todas as inspeções e revisões necessárias à sua operação e manutenção realizadas.

4.1.11. Todos os procedimentos de voo deverão obedecer rigorosamente ao Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986), aos Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil - RBAC aplicáveis, especialmente os RBAC nº 119 e nº 135, às recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, bem como às demais regulamentações pertinentes à prestação de serviço de transporte aéreo público não regular de passageiros e cargas.

4.1.11.1. A prestação do serviço deverá ser realizada exclusivamente por empresa devidamente certificada e autorizada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC para execução de serviço de transporte aéreo público não regular (táxi aéreo), sendo vedada a utilização de aeronaves privadas para a execução de transporte aéreo remunerado em desacordo com a regulamentação vigente.

4.1.11.2. A empresa contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, situação regular perante a ANAC, inclusive quanto às respectivas Especificações Operativas, podendo a Administração consultar, a qualquer tempo, a relação pública de operadores autorizados disponibilizada no sítio eletrônico da Agência.

4.1.12. Fica vedada a disponibilização de bebida alcoólica durante a prestação do serviço de voo.

4.1.13. Registramos que nada obsta à passagem das urnas eletrônicas transportadas por equipamento de Raio-X, se a Administração do terminal aeroportuário assim o exigir.

## **4.2. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO SERVIÇO**

4.2.1. O recebimento dos serviços ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente após cumprimento de todo o roteiro, para efeito de

posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de 05 dias após o recebimento provisório, a fiscalização do contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

4.2.2. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

4.2.3. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

### **4.3. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

4.3.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles eventualmente inseridos na descrição do objeto e contidos nas obrigações da Contratada, os quais se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), adotado por este Tribunal por força da Portaria TRE-BA nº 453/2022, destacando-se:

a) Controle de emissões atmosféricas: adotar práticas que visem à redução da emissão de gases de efeito estufa, mediante a adequada manutenção das aeronaves, utilização de combustíveis dentro das especificações técnicas e, sempre que possível, a adoção de medidas compensatórias ambientais;

b) Manutenção preventiva e eficiência operacional: garantir que as aeronaves utilizadas estejam em conformidade com os programas de manutenção preventiva, visando à eficiência energética e à redução de consumo de combustível;

c) Gestão adequada de resíduos: assegurar o correto descarte de resíduos gerados nas operações e manutenções aeronáuticas, incluindo óleos, fluidos, peças e demais materiais, em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

d) Uso de produtos de menor impacto ambiental: utilizar, sempre que possível, produtos biodegradáveis ou de menor toxicidade nas atividades de limpeza e manutenção das aeronaves;

e) Conformidade ambiental: comprovar a regularidade junto aos órgãos ambientais competentes, quando aplicável, bem como adotar boas práticas de gestão ambiental em suas operações.

### **4.4. HABILITAÇÃO**

4.4.1. Para fins de habilitação, deverá ser exigida da licitante a apresentação de:

a) Certificado de Operador Aéreo (COA), Certificado ETA, CHETA ou documento equivalente emitido pela ANAC, válido e compatível com operações de transporte aéreo público não regular regidas pelo RBAC nº 135;

b) comprovação de regularidade das Especificações Operativas da empresa junto à ANAC, demonstrando compatibilidade da aeronave e das operações autorizadas com os requisitos previstos neste Termo de Referência;

c) apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços compatíveis em características com o objeto previsto neste Termo de Referência, entendendo-se como compatível a prestação de serviços de táxi aéreo.

### **5. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1. A vigência do contrato será da data da assinatura até o dia 15/11/2026.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o Tribunal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, conforme o caso, a Contratante poderá convocar o

representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e pagamento e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6.5. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

### **6.5.1. Fiscal(is) do Contrato**

**6.5.1.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou, na ausência deste(s), pelo(s) substituto(s), atentando-se ao estabelecido neste Termo de Referência, sem prejuízo de observância ao disposto em normativo interno próprio.

**6.5.1.2.** O fiscal acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.5.1.3.** O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e à prestação dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.5.1.4.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações, determinando prazo para a correção.

**6.5.1.5.** O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.5.1.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.5.1.7.** O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a data de término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, se for o caso.

**6.5.1.8.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará a execução do empenho, os pagamentos, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.5.1.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, iniciando o respectivo processo de apuração de responsabilidade contratual, observando normativo interno próprio, dando conhecimento ao gestor.

**6.5.1.10.** Cabe ao fiscal do contrato emitir o Termo de Recebimento Provisório do objeto, documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, se houver, e a eventuais penalidades aplicadas.

### **6.5.2. Gestor do Contrato**

**6.5.2.1.** Cabe ao gestor do contrato, atentando-se ao que foi estabelecido neste Termo de Referência, e sem prejuízo de observância ao disposto em normativo interno próprio:

**6.5.2.1.1.** Coordenar os fiscais do contrato e a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, o qual deverá conter todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço ou pedido de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.5.2.1.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.5.2.1.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, atuando para solucionar problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, anotando-os, se necessário, no relatório de riscos eventuais.

**6.5.2.1.4.** Emitir Termo de Recebimento Definitivo, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, salvo se designado outro responsável para tanto.

**6.5.2.1.5.** Assegurar-se de que foi instaurado o processo administrativo de apuração para fins de aplicação de sanções, observando o disposto em normativo interno.

**6.5.2.1.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a

contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, devendo contar com o auxílio dos fiscais.

**6.5.2.1.7.** Encaminhar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para adoção dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e nas quantidades constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- c) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução do contrato;
- e) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- f) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se houver autorização neste Termo de Referência;
- g) não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do contrato;
- h) manter válidos, durante toda a execução contratual, o Certificado de Operador Aéreo, o Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo ou documento equivalente exigido pela ANAC, bem como as respectivas Especificações Operativas compatíveis com o objeto contratado;
- i) comunicar imediatamente à Contratante eventual suspensão, restrição operacional, cassação, vencimento ou alteração de autorização emitida pela ANAC que possa impactar a execução contratual.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste Termo de Referência;
- d) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação exigidas;

## **9. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES**

9.1 A Administração poderá aplicar à Contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente o início da execução dos serviços – 10%, sobre o valor do serviço, por hora de atraso, até o máximo de 03 horas.
- b) inexecução total – 50% sobre o valor total contratado.

9.2. Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, do subitem 9.1, a Administração poderá não receber o serviço.

## **10. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**10.1.** Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

**10.2.** Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a



Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

## **11. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**11.1.** Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento definitivo dos serviços, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação e pagamento, na forma deste item.

**11.2.** A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, com o fim de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação, observando o que foi firmado no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes da prestação efetiva do serviço, consoante disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320/1964](#).

**11.2.1.** Para fins de liquidação, o setor competente da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**11.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante, cabendo ao gestor e/ou aos fiscais diligenciarem para saneamento das pendências.

**11.4.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

**11.5.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**11.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**11.7.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

**11.8.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

**11.9.** Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, no prazo estipulado no item **11.1**.

**11.10.** Condiciona-se o pagamento à(ao):

- a) apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b) declaração da fiscalização e do gestor do contrato de que a execução ocorreu conforme pactuado, o que se dará mediante os Termos de Recebimento Provisórios e Definitivo emitidos.

**11.11.** A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o número do contrato firmado com o TRE-BA, o período de faturamento ao qual se refere, o nome do banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

**11.12.** Será considerada a data do efetivo pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.13.** No caso de atraso no pagamento imputado exclusivamente à Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

1.  $I = (TX/100)/365$
2.  $EM = I \times N \times VP$ , onde:
3. I = Índice de atualização financeira;
4. TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
5. EM = Encargos moratórios;
6. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e
7. VP = Valor da parcela em atraso.

**11.14.** Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

**11.15.** Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

## **12. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

**12.1.** As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas preferencialmente por meio eletrônico, ou ainda pessoalmente, com confirmação inequívoca do recebimento.

**12.1.1.** Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União - DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

**12.1.2.** A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

## **13. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**13.1.** Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

**a)** a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

**b)** encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

**13.2.** A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

**13.3.** O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

**13.4.** Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar



as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**13.5.** A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**13.6.** Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

**13.7.** Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no [Decreto nº 12.572, de 04 de agosto de 2025](#), sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

## 14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

**14.1.** Não será admitida a participação de consórcio no presente processo licitatório por não se tratar de licitação complexa ou de elevado vulto a dificultar a participação de empresas individualmente, sobretudo as de pequeno porte, e por existirem no mercado empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, fornecerem o produto licitado.

## **15. SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Não será admitida a subcontratação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

## ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA

### ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | CATSER | DESCRIÇÃO  | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE   |
|------|--------|--|-------------------|--|
| 01   | 01     | <p>Serviço de fretamento de aeronave com tripulação, combustível e todos os demais custos e encargos referentes à operação, com condições de deslocamento do Aeroporto de Salvador, ou outro que permita o voo por instrumentação, a critério da CONTRATADA, localizado nesta Capital ou na Região Metropolitana, para 8 (oito) municípios e retorno no mesmo dia, para o primeiro turno, e, eventualmente, o segundo turno das Eleições Gerais 2026.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <p>Aeronave bimotor:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- abastecida com querosene;</li> <li>- homologada para operar por instrumentos;</li> <li>- velocidade mínima de 150 nós;</li> <li>- capacidade para 02 (dois) passageiros, além da tripulação;</li> </ul> | Km                | <p>6342 km, sendo 3171 km referentes ao primeiro turno e 3171 km referentes ao segundo turno, se houver.</p> <p>Observação: A quantidade de quilômetros acima relacionada é apenas uma estimativa máxima de utilização, não obrigando a Contratante a consumi-las em sua totalidade.</p> |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  |  | - capacidade de carga de bagagem (materiais e equipamentos) de, no mínimo, 320 (trezentos e vinte) quilos. |  |  |
|--|--|--|--|--|



Documento assinado eletronicamente por **Raul Almeida da Paz, Chefe de Seção**, em 18/06/2026, às 08:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3928466** e o código CRC **B4C21230**.

0007769-63.2026.6.05.8000

3928466v5